



Interpelação Escrita

Para dar resposta ao aumento das infracções de trânsito e implementar a política “polícia reforçada pela ciência e tecnologia”, constante nas Linhas de Acção Governativa, o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) começou a conceber, em 2002, a introdução de aparelhos electrónicos de autuação para melhorar os trabalhos de autuação das infracções de trânsito, otimizar os procedimentos de execução pelo pessoal da linha de frente e minimizar os eventuais erros de escrita, e de introdução no sistema informático.

Contudo, conforme o relatório de auditoria divulgado em Fevereiro do ano passado, o CPSP ainda não concluiu, decorridos mais de 10 anos, os trabalhos de introdução desse aparelho de autuação. Segundo este relatório, o CPSP não apresentou os documentos suficientes, tais como o plano de aquisição e os relatórios de trabalho ligados à introdução e ao uso de tais aparelhos, bem como à sua avaliação. A par disso, esteve em falta um plano global, por escrito, inerente à introdução de tais aparelhos, o que deu azo a resultados insatisfatórios nos respectivos trabalhos de introdução. Outro aspecto que foi alvo de crítica é que o tempo prolongado da sua introdução, cerca de 10 anos, levou a que os referidos aparelhos não conseguissem contribuir, oportunamente, para aumentar a eficácia no âmbito da autuação das infracções de trânsito e, por conseguinte, não foi possível materializar a rentabilidade dos recursos atribuídos pelo CPSP. Quanto a isto, o CPSP defendeu que conhecia muito bem os objectivos da política e o ritmo da sua



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

implementação, e que o referido plano tinha sido implementado de maneira flexível, tendo em conta o planeamento global. Entre 2002 e 2012, foram introduzidos 4 modelos de aparelhos, cujo uso parcial teve lugar depois dos respectivos testes. Entretanto, os resultados técnicos obtidos não satisfizeram integralmente as exigências operacionais, o que provocou o adiamento da generalização do seu uso.

A introdução de aparelhos electrónicos de autuação constitui um meio relevante para concretização da política “polícia reforçada pela ciência e tecnologia”. Refere-se, todos os anos, na Área de Segurança do Relatório das LAG, que estes aparelhos apresentam resultados satisfatórios e que o CPSP vai aumentar o seu número. Ora, por um lado, diz-se que os resultados destes aparelhos são satisfatórios e que o seu número vai ser aumentado, mas, por outro, diz-se que o processo da sua introdução foi posto em causa pelos resultados técnicos insatisfatórios dos referidos aparelhos. Qual será, então, a realidade? Com esta eficácia de trabalho, como é que pode haver uma coadunação com a concretização da política “polícia reforçada pela ciência e tecnologia”?

Assim sendo, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Refere-se, no Relatório das LAG para o próximo ano na Área da Segurança, que até Junho deste ano o Departamento de Trânsito detinha um total de 120 aparelhos electrónicos de autuação, o que significa que no decorrer dos últimos 13 anos menos de 20 destes foram introduzidos anualmente. Actualmente, qual é a sua taxa de atribuição em relação aos agentes de trânsito? A generalização do uso destes aparelhos continua sem ser concretizada. Porquê?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. As autoridades em questão devem ter em conta as sugestões constantes do relatório de auditoria e proceder à elaboração de um plano global de introdução dos respectivos aparelhos. Isto já foi feito? Quando é que pode ser alcançado o objectivo da generalização do uso destes aparelhos, isto é, cada agente de trânsito estar equipado com um aparelho electrónico para autuação das infracções de trânsito?
3. A “polícia reforçada pela ciência e tecnologia” não se limita a uma tendência mundial, mas, sim, é também um meio efectivo para a racionalização de quadros. Há mais de 10 anos, o CPSP gritou o *slogan* “polícia reforçada pela ciência e tecnologia”, mas a sua concretização está longe do ideal. Os trabalhos de instalação de câmaras de vigilância e de introdução de aparelhos electrónicos de autuação estão continuamente a ser adiados. O Governo deve, então, proceder à criação de mecanismos para a devida fiscalização e avaliação, em prol da aceleração da concretização da política “polícia reforçada pela ciência e tecnologia”, dependendo, assim, dos meios tecnológicos para construir uma força policial sofisticada. O Governo concorda com isto?

03 de Dezembro de 2015

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Chan Meng Kam**